



ESTADO DO PIAUÍ
 MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO
 CNPJ: 06.772.859/0001-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020 – SRP

Aos 06 (seis) dias do mês de março de 2020, a Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato - PI, localizada na Rod. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, S/N, na BR. 020, CEP nº 64770-000, neste ato representado por Carmelita de Castro Silva, prefeita municipal de São Raimundo Nonato, CPF: 342.329.073-00, residente e domiciliada na Rua Benedito Lopes, s/n, Bairro Cipó, São Raimundo Nonato - PI, EMPRESA 01 - JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME, inscrita com o CNPJ Nº 15.042.655/0001-08, localizada na rua José Américo, Nº 60, Bairro Centro, São Raimundo Nonato, representada neste ato pela Sra. Jucileide Gonçalves da Silva, brasileira, empresária, portadora do CPF: 679.407.905-44, RG Nº 6.630.470, SSP/BA e GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME -, inscrita com o CNPJ Nº 00.102.205/0002-69, localizada na Rod. BR 020, KM 55, Bloco I, Bairro Primavera, São Raimundo Nonato - PI, representada neste ato pelo Sr. Gregório Bastos de Sousa, brasileiro, empresário, portador do CPF: 451.513.343-87, RG Nº 1.146310, SSP-PI, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 020/2017 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão para Registro de Preços nº 008/2020, consoante consta do Processo nº 016/2020 Registro de Preços para futura aquisição parcelada de óleo lubrificante e filtro de ar para suprir as necessidades do município de São Raimundo Nonato-PI e suas secretarias, conforme especificação constante no termo de referência (anexo I), observada as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, a especificação, o preço, os quantitativos e o fornecedor classificado na licitação supracitada, constituindo-se esta Ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da legislação que rege a matéria.

1. DO OBJETO

1.1 - O objeto desta Ata é o registro dos preços resultantes das negociações oriundas do Pregão Presencial SRP nº 008/2020, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 020 de 2017, com objetivo de disponibilizar o município de São Raimundo Nonato, Registro de Preços para futura aquisição parcelada de óleo lubrificante e filtro de ar para suprir as necessidades do município de São Raimundo Nonato-PI e suas secretarias, conforme descrito no termo de referência, a serem entregues parceladamente, conforme o objeto e a necessidade da contratante, sendo obrigação desta, o controle sobre os preços dos produtos, mantendo a equipe de controle devidamente informada sobre possíveis irregularidades.

1.2 - A aquisição dos produtos objeto desta licitação será solicitada periodicamente pela contratante, com anuidade da equipe gerenciadora da Ata de Registro de Preços, ficando estabelecido que é obrigação da empresa entregar o produto, sem a cobrança de encargos, alugueres ou ônus, de qualquer natureza, conforme a disposição dos lotes, itens e subitens e ainda indicações constantes das relações do anexo I deste edital.

1.3 - Os bens deverão ser entregues, após solicitação formal do setor responsável da contratante e gerenciada pela Comissão Permanente de Licitação de São Raimundo Nonato-PI.

1.4 - Desde a data da assinatura da(s) Ata(s) de Registro de Preços, a(s) detentora(s) se obriga(m) a adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias para assegurar o satisfatório fornecimento dos produtos objeto desta Ata, de forma que, em nenhuma hipótese, o abastecimento do almoxarifado sofra qualquer solução de descontinuidade.

1.5 - A contratante não se obriga a firmar as contratações que poderão advir do Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2. DA ADMINISTRAÇÃO DO PRESENTE DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A Administração ou gerenciamento da presente ata caberá à Comissão Permanente de Licitação - CPL.

3. DA SOLICITAÇÃO E DO FORNECIMENTO

3.1 - Da Solicitação: A contratante deverá emitir Ordens de Fornecimento (OF), ou instrumento equivalente, contendo quantidade, discriminação do objeto, preço unitário e total e prazo de fornecimento, e a Nota de Empenho, ao detentor da Ata, depois de consulta formulada à Comissão Permanente de Licitação - CPL, responsável pelo gerenciamento do Sistema.

3.2 - Na Ordem de Fornecimento ou documento equivalente deverá estar declarada a Dotação Orçamentária que suprirá a despesa, contendo pelo menos a Fonte, a Classificação Funcional e o Elemento de Despesa.

3.3 - Do Fornecimento: De posse dos documentos acima, o detentor da Ata, nos prazos estabelecidos no Edital, entregará o material requisitado no prazo de 03(três) dias úteis, a contar do recebimento da OF e da Nota de Empenho.

4. DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO

4.1 - Os preços ofertados, especificação, marca do produto, empresa e representante legal encontram-se anexos nesta ata.

5. DO PRODUTO

5.1 - O objeto fornecido deverá estar em perfeitas condições de utilização/consumo, e em total conformidade com as especificações constantes do anexo I do edital de Pregão Presencial nº 008/2020 - Sistema de Registro de Preços.

6. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - A Ata de Registro de Preços, ora firmada entre a Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato-PI, e a(s) Detentora(s), terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura deste instrumento, incluídos neste prazo eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2 - A Empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 30(trinta) dias do término da vigência desta Ata. A ausência do pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo ao município de São Raimundo Nonato, a seu exclusivo critério, de promover nova licitação, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.

6.3 - A Contratante, no atendimento do interesse público, fica assegurada o direito de exigir que a detentora, conforme o caso, prossiga na execução do ajuste, pelo período de até 90 (noventa) dias, a fim de evitar brusca interrupção no fornecimento, caso esta Ata com força de contrato não seja prorrogada, na forma do subitem acima.

7. DO LOCAL, DO PRAZO DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 - Os Objetos deverão ser entregues periodicamente de acordo com as necessidades da contratante, em local indicado, condicionada ao aceite expresso de servidor designado para o recebimento, rigorosamente de acordo com os termos pactuados, obedecendo ao cronograma expedido pela Contratante.

7.2 - A autorização de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa da contratante, cabendo à mesma todos os atos burocráticos indispensáveis a uma regular administração, em comum acordo com os vencedores deste certame, formalizando por intermédio de Ordem de Fornecimento, quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou, ainda, por Nota de Empenho e Contrato individual nas hipóteses que se fizerem necessárias cláusulas que possam resguardar direitos e obrigações futuras.

7.3 - A contratada ficará obrigada a fazer a entrega do material quando requisitado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

7.4 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita em local designado pela contratante, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para recebimento.

7.5 - O objeto desta licitação será recebido provisoriamente, no local designado, para verificação da conformidade do objeto com as condições, especificações e exigências do edital.

7.6 - Por ocasião da entrega, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo e a assinatura do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

7.7 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

7.7.1 - Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

7.7.1.1 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

7.7.2 Outro prazo poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração.

7.8 - O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável ou equipe designada.

8. DO PAGAMENTO

8.1 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada do requerimento e fatura/nota fiscal, devidamente atestada e recibo no setor de compras da contratante, sob pena de assistir direito às verbas e atualização dos valores na forma legal.

8.2 Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário na conta corrente da contratada, que deverá indicar a instituição bancária, agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o critério correspondente. Estas informações devem constar da nota fiscal ou nota fiscal/fatura.

8.3. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar além de e fatura/nota fiscal devidamente atestada, os documentos abaixo relacionados:

a) Certidão Negativa de Débitos CND emitida pelo INSS.

b) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS

c) Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas: Federal, Municipal e Estadual.

8.4 - Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

8.5 - Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

a) A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e

b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do material, responderá o contratado pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

9.1 As solicitações do objeto serão efetuadas pelo setor de compras da contratante, responsável pela guarda e dispensação e a autorização para aquisição e emissão de empenho ficará a cargo do setor financeiro.

10. DO CONTRATO

10.1 Durante o prazo de validade do registro, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, mediante autorização da Comissão Permanente de Licitação - CPL/PMSRN/PI, observadas as condições fixadas neste instrumento, no Edital e as determinações contidas na legislação pertinente.

10.2 O contrato de fornecimento será sempre representado pela Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou retirada pela detentora da Ata de Registro de Preços.

10.3 Aplica-se aos contratos de fornecimento decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

11. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

11.1 Cada compra deverá ser efetuada mediante autorização do Setor de Compras da Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato.

11.2 O(s) fornecedor(es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão Presencial nº xxx/2019 - SRP.

11.3 Será efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 Será de responsabilidade do concorrente que tiver seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ata de registro de preços.

12. DAS PENALIDADES;

12.1 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de registro de preços, aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração,

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
 MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO
 CNPJ: 06.772.859/0001-03

caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legal estabelecidas.

12.2 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Comissão Permanente de Licitação – CPL poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência.

12.2.2 Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste Edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.

12.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.

12.2.4. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

12.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.4 - As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela contratante ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.

12.5 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei.

13. READEQUAÇÃO DE PREÇOS

13.1 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do Registro, admitida a revisão quando houver desequilíbrio de equação econômico-financeiro inicial à Ata, nos termos da legislação que rege a matéria.

13.2- Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvados, entretanto, a possibilidade de revisão dos preços vigentes conforme previsão editalícia ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.

13.3 - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento dos bens, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer a repactuação do valor contratado e/ou registrado, evitando, contudo, solução de descontinuidade dos fornecimentos. Não haverá procedimento de revisão ou atualização em prazo inferior a 60 (sessenta) dias contados da publicação do Extrato, independente do motivo que possa ser alegado.

13.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados deverão permanecer compatíveis com os preços de mercado. Independente de provocação da Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMSRN/PI, no caso de redução nos preços de mercado, ainda que temporária, a detentora obriga-se a comunicar a Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMSRN/PI o novo preço que substituirá o então registrado, podendo esta agir de ofício.

14 – DA POSSIBILIDADE DE RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS

14.1 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

14.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

14.3.1. - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15 - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, nas hipóteses adiante descritas.

15.1- Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

15.1.1- a detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;

15.1.2- a detentora não formalizar contrato individual decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa.

15.1.3- a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços;

15.1.4- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

15.1.5- os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar sua redução;

15.1.6- por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;

15.1.7- sempre que ficar constatado que a detentora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

15.1.8 - a comunicação de cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item anterior, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento à Detentora, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

15.1.8.1- No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no DOM/PI, pelo menos por uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado dez dias após a publicação.

15.1.9 – Fica estabelecido que a detentora da ata deverá comunicar imediatamente a Comissão Permanente de Licitação – CPL qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para o recebimento de correspondência e outros documentos.

15.2- Pela DETENTORA, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, sem prejuízos das sanções cabíveis.

15.2.1- A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

15.2.2- A rescisão ou suspensão do objeto com fundamento no artigo 78, inciso XV (por fato da contratante), da Lei nº 8666/93 deverá ser notificada expressamente a contratante, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

15.3- A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, para assumirem o fornecimento do objeto da Ata de Registro de Preços, desde que concordem com o fornecimento nas mesmas condições propostas pela(s) detentora(s).

16. DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1- O compromisso de aquisição de bens só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, decorrente da Ata de Registro de Preços.

16.2 - Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei nº 8666/93, têm caráter orientativo (preço máximo).

16.3- Os pedidos às detentoras da Ata, deverão ser efetuados através de ORDEM DE FORNECIMENTO e NOTA DE EMPENHO, protocolizados ou enviados através de email ou outra forma semelhante, deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se sua cópia nos processos de liquidação e de requisição.

16.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e demais acréscimos necessários conforme disposição legal.

16.5- Caso o fornecimento do objeto não corresponda às especificações editalícias e desta Ata, serão rescindidos, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e nesta Ata.

16.6- O preço a ser pago pela contratante será o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da Ata do S.R.P. independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação através da Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMSRN/PI, nesse intervalo de tempo.

16.7- Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo Correio, via AR ou sob registro, considerando-se como efetivamente recebido na data 24 (vinte e quatro horas) da data da postagem, para todos os efeitos legais.

16.8- A detentora da Ata de Registro de Preços deverá comunicar à Comissão Permanente de Licitação – CPL, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

16.09- As alterações contratuais obedecerão à Lei nº 8666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8883/94 ou legislação que as vierem a substituir.

16.10- Ao detentor da Ata cabe assegurar o fornecimento do material conforme definido na sua proposta e aceito pelo pregoeiro, sem prejuízo de todas disposições previstas no Código do Consumidor.

16.11- Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de S.R.P. é competente, por força de lei, o Foro da Comarca da Cidade de São Raimundo Nonato - Piauí, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

São Raimundo Nonato-PI, 06 de março de 2020.

Carmelita Castro Silva
 Prefeita Municipal – PI
 Contratante

Paulo Sérgio de Negreiros
 Gerenciador do SRP

JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA – ME
 CNPJ Nº 15.042.655/0001-08

GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME
 CNPJ Nº 00.102.205/0002-69



ESTADO DO PIAUÍ
 MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO
 CNPJ: 06.772.859/0001-03

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2020, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO LUBRIFICANTE E FILTRO DE AR PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI E SUAS SECRETARIAS.

EMPRESAS PARTICIPANTES:

JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº 15.042.655/0001-08
 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME CNPJ Nº 00.102.205/0002-69

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT.	1º CLASSIFICADO	2º CLASSIFICADO
1	Balde de Graxa com 20 quilos	Balde	120	203,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	204,50 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69
2	Desengraxante concentrado para limpeza pesada de veículos, balde com 20 lts	Balde	80	157,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	158,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08
3	Estopa 100% algodão branca pacote c/ 500gramas	PCT	900	3,20 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	3,35 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69
4	Filtro de ar para motor a diesel, 4440	UND	100	33,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	36,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08
5	Filtro de ar para motor a Diesel, Chevrolet - S10, Anz 7065	UND	90	70,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	71,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08
6	Filtro de óleo para Fiat. Pal 55	UND	80	14,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	14,50 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69
7	Filtro de ar micro-ônibus iveco	UND	90	108,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	109,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69
8	Filtro de ar para motor a diesel, Micro Ônibus Volare	UND	95	77,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	78,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08
9	Filtro de ar para motor a diesel, Ônibus VW 15190	UND	95	107,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	110,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08
10	Filtro de ar para motor a Diesel, Trator Massey Ferguson, LX 3190	UND	70	97,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	98,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69
11	Filtro de ar para motor a Diesel, Trator New Rolland 7630.	UND	70	113,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	114,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69
12	Filtro de ar para motor a Diesel, Trator Retroscaavadeira JCB.	UND	80	371,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	372,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08
13	Filtro de ar para motor a gasolina, Fiat Uno.	UND	80	18,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	19,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69
14	Filtro de ar para motor a gasolina.	UND	80	17,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	18,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08
15	Filtro de óleo para motor a diesel, psi 480/2	UND	90	66,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	67,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69
16	Filtro de óleo para motor a Diesel, Chevrolet - S10, Pel 726	UND	90	49,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	50,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08
17	Filtro de óleo para motor a Diesel, Fiat Ducato.	UND	85	30,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	31,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69
18	Filtro de óleo para motor a Diesel, Ford Ranger.	UND	90	28,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	29,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69
19	Filtro de óleo para motor a diesel, Micro	UND	70	77,00	78,00

	Ônibus Volare psi 980/1				GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08
20	Filtro de óleo para motor a diesel, Ônibus VW 15190 Psi 960	UND	80	80,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	81,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	
21	Filtro de óleo para motor a Diesel, Trator Massey Ferguson.	UND	80	181,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	182,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	
22	Filtro de óleo para motor a Diesel, Trator New Rolland 7630.	UND	80	119,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	120,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	
23	Filtro de óleo para motor a Diesel, Trator Retroscaavadeira JCB.	UND	70	142,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	143,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	
24	Filtro de ar-condicionado	UND	100	41,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	42,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	
25	Filtro de óleo para motor a gasolina, Kombi.	UND	30	26,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	27,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	
26	Fluido de freio dot 4	UND	150	16,50 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	17,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	
27	Aditivo para Radiador - embalagem de litro	Litro	700	10,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	10,50 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	
28	Óleo hidráulico Grau ISO 68 - Balde de 20 Litros	Balde	100	204,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	204,20 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	
29	Óleo hidráulico Grau ISO 68 - embalagem de 1 litro	Litro	200	16,50 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	17,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	
30	Óleo hidráulico para caixa de direção hidráulica	Litro	200	18,00 JUCILEIDE	18,70 GREGÓRIO BASTOS	
31	Óleo hidráulico tipo ATF	Litro	850	78,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	79,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	
32	Óleo lubrificante 100% sintético SAE 05w30 API SM	Litro	850	28,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	29,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	
33	Óleo lubrificante 100% sintético SAE 05w30 API SM para motores Álcool/Gasolina - embalagem de 1 litro	Litro	850	27,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	27,50 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	
34	Óleo lubrificante 100% sintético SAE 05w40 API SM, para Motores a Álcool/Gasolina - embalagem de 1 litro	Litro	850	28,50 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	29,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	
35	Óleo lubrificante 100% sintético SAE 10w40 API SM, para Motores a Álcool/Gasolina - embalagem de 1 litro	Litro	850	28,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	29,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	
36	Óleo lubrificante 100% sintético SAE 15w40 API SM para motores Álcool/Gasolina - embalagem de 1 litro	Litro	850	27,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	27,52 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	
37	Óleo lubrificante 100% sintético SAE 15w40 API SM, para motor Diesel - Embalagem de 1 litro	Litro	850	23,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	23,50 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	
38	Óleo lubrificante semisintético 15w40 API SM para motores Álcool/Gasolina - embalagem de 1 litro	Litro	850	23,50 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	24,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	
39	Óleo lubrificante semisintético SAE 05w30 API SM para motores Álcool/Gasolina - embalagem de 1 litro	Litro	850	27,50 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	28,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	
40	Óleo lubrificante sintético API GL-5 80w90 para transmissão e diferencial - embalagem de 1 litro	Litro	850	24,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	24,50 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	
41	Óleo lubrificante sintético API GL-5 85w140 para transmissão e diferencial - embalagem de 1 litro	Litro	850	20,50 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	21,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
 MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO
 CNPJ: 06.772.859/0001-03

				CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08
42.	Óleo para conversores de torque e sistemas hidráulicos que atendem simultaneamente às especificações Allison C-4 e Caterpillar TO-4 grau SAE 50 - balde com 20 lts	Balde	80	357,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	357,51 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69
43.	Óleo para engrenagens hipoides que exijam lubrificantes com o nível de desempenho API GL-5 grau SAE 90	Litro	400	17,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	17,70 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69
44.	Óleo para engrenagens hipoides que exijam lubrificantes com o nível de desempenho API GL-5 grau SAE 140	Litro	400	20,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08	20,26 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69
45.	Óleo para sistemas hidráulicos que atendem simultaneamente às especificações Allison C-4 e Caterpillar TO-4 grau SAE 10W - balde com 20 lts	Balde	90	297,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	298,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08
46.	Óleo para motor a diesel 15w 40	Balde	100	310,00 GREGÓRIO BASTOS DE SOUSA - ME, CNPJ Nº: 00.102.205/0002-69	315,00 JUCILEIDE GONÇALVES DA SILVA - ME CNPJ Nº: 15.042.655/0001-08



ESTADO DO PIAUÍ
 MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO
 CNPJ: 06.772.859/0001-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020 – SRP

Aos 06 (seis) dias do mês de março de 2020, a Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato - PI, localizada na Rod. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, S/N, na BR. 020, CEP nº 64770-000, neste ato representado por Carmelita de Castro Silva, prefeita municipal de São Raimundo Nonato, CPF: 342.329.073-00, residente e domiciliada na Rua Benedito Lopes, s/n, Bairro Cipó, São Raimundo Nonato - PI, EMPRESA 01 - LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº 06.609.259/0001-10, localizada na TR Amadeu Rubem, s/n, Bairro Centro, em São Raimundo Nonato - PI, 64.770-000 representada neste ato por seu Lauro Santana Braga, Brasileiro, solteiro, natural de São Raimundo Nonato, portador do CPF Nº 047.738.373-49, RG Nº 422480 SSP-PI, residente e domiciliado na cidade de São Raimundo Nonato - PI e 02 - ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI, CNPJ Nº 10.931.523/0001-05, localizada na Rua Osmar Rocha, s/n, Casa, Bairro Galo Branco, em São Raimundo Nonato - PI, 64.770-000 representada neste ato pelo Sr. Alvan Santana Santos, Brasileiro, casado, natural de São Raimundo Nonato, portador do CPF Nº 412.254.223-53, RG Nº 288240364 SSP-PI, residente e domiciliado na cidade de São Raimundo Nonato - PI, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7.892/2013, Decreto Municipal nº 020/2017 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão para Registro de Preços nº 009/2020, consoante consta do Processo nº 017/2020 RESOLVE Registro de Preços para futura aquisição parcelada de material e equipamento para manutenção de poços tubular no município de São Raimundo Nonato-PI, conforme especificação constante no termo de referência (anexo I), observada as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, a especificação, o preço, os quantitativos e o fornecedor classificado na licitação supracitada, constituindo-se esta Ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da legislação que rege a matéria.

1. DO OBJETO

1.1 - O objeto desta Ata é o registro dos preços resultantes das negociações oriundas do Pregão Presencial SRP nº 009/2020, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 020 de 2017, com objetivo de disponibilizar o município de São Raimundo Nonato, Registro de Preços para futura aquisição parcelada de material e equipamento para manutenção de poços tubular no município de São Raimundo Nonato-PI, conforme descrito no termo de referência, a serem entregues parceladamente, conforme o objeto e a necessidade da contratante, sendo obrigação desta, o controle sobre os preços dos produtos, mantendo a equipe de controle devidamente informada sobre possíveis irregularidades.

1.2 - A aquisição dos produtos objeto desta licitação será solicitada periodicamente pela contratante, com anuência da equipe gerenciadora da Ata de Registro de Preços, ficando estabelecido que é obrigação da empresa entregar o produto, sem a cobrança de encargos, alugueres ou ônus, de qualquer natureza, conforme a disposição dos lotes, itens e subitens e ainda indicações constantes das relações do anexo I deste edital.

1.3- Os bens deverão ser entregues, após solicitação formal do setor responsável da contratante e gerenciada pela Comissão Permanente de Licitação de São Raimundo Nonato-PI.

1.4- Desde a data da assinatura da (s) Ata (s) de Registro de Preços, a(s) detentora(s) se obriga(m) a adotar todas e quaisquer providências que forem necessárias para assegurar o satisfatório fornecimento dos produtos objeto desta Ata, de forma que, em nenhuma hipótese, o abastecimento do almoxarifado sofra qualquer solução de descontinuidade.

1.5- A contratante não se obriga a firmar as contratações que poderão advir do Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2. DA ADMINISTRAÇÃO DO PRESENTE DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Administração ou gerenciamento da presente ata caberá à Comissão Permanente de Licitação – CPL.

3. DA SOLICITAÇÃO E DO FORNECIMENTO

3.1- Da Solicitação: A contratante deverá emitir Ordens de Fornecimento (OF), ou instrumento equivalente, contendo quantidade, discriminação do objeto, preço unitário e total e prazo de fornecimento, e a Nota de Empenho, ao detentor da Ata, depois de consulta formulada à Comissão Permanente de Licitação – CPL, responsável pelo gerenciamento do Sistema.

3.2 - Na Ordem de Fornecimento ou documento equivalente deverá estar declarado a Dotação Orçamentária que suprirá a despesa, contendo pelo menos a Fonte, a Classificação Funcional e o Elemento de Despesa.

3.3- Do Fornecimento: De posse dos documentos acima, o detentor da Ata, nos prazos estabelecidos no Edital, entregará o material requisitado no prazo de 03(três) dias úteis, a contar do Recebimento da OF e da Nota de Empenho.

4. DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO

4.1. Os preços ofertados, especificação, marca do produto, empresa e representante legal encontram-se anexos nesta ata.

5. DO PRODUTO

5.1. O objeto fornecido deverá estar em perfeitas condições de utilização/consumo, e em total conformidade com as especificações constantes do anexo I do edital de Pregão Presencial nº 009/2020 – Sistema de Registro de Preços.

6. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada entre a Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato-PI, e a(s) Detentora(s), terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura deste instrumento, incluídos neste prazo eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.2. A Empresa detentora da Ata de Registro de Preços deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 30(trinta) dias do término da vigência desta Ata. A ausência do pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo ao município de São Raimundo Nonato, a seu exclusivo critério, de promover nova licitação, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.

6.3. A Contratante, no atendimento do interesse público, fica assegurada o direito de exigir que a detentora, conforme o caso, prossiga na execução do ajuste, pelo período de até 90 (noventa) dias, a fim de evitar brusca interrupção no fornecimento, caso esta Ata com força de contrato não seja prorrogada, na forma do subitem acima.

7. DO LOCAL, DO PRAZO DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 - Os Objetos deverão ser entregues periodicamente de acordo com as necessidades da contratante, em local indicado, condicionada ao aceite expresso de servidor designado para o recebimento, rigorosamente de acordo com os termos pactuados, obedecendo ao cronograma expedido pela Contratante.

7.2 - A autorização de fornecimento será de inteira responsabilidade e iniciativa da contratante, cabendo à mesma todos os atos burocráticos indispensáveis a uma regular administração, em comum acordo com os vencedores deste certame, formalizando por intermédio de Ordem de Fornecimento, quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou, ainda, por Nota de Empenho e Contrato individual nas hipóteses que se fizerem necessárias cláusulas que possam resguardar direitos e obrigações futuras.

7.3 - A contratada ficará obrigada a fazer a entrega do material quando requisitado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.

7.4 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita em local designado pela contratante, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para recebimento.

7.5 - O objeto desta licitação será recebido provisoriamente, no local designado, para verificação da conformidade do objeto com as condições, especificações e exigências do edital.

7.6 - Por ocasião da entrega, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo e a assinatura do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

7.7 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

7.7.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

7.7.1.1 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

7.7.2. Outro prazo poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração.

7.8 - O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável ou equipe designada.

8. DO PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada do requerimento e fatura/nota fiscal, devidamente atestada e recibo no setor de compras da contratante, sob pena de assistir direito às verbas e atualização dos valores na forma legal.

8.2. Os pagamentos serão realizadas através de depósito bancário na conta corrente da contratada, que deverá indicar a instituição bancária, agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o critério correspondente. Estas informações devem constar da nota fiscal ou nota fiscal/fatura.

8.3. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar além de e fatura/nota fiscal devidamente atestada, os documentos abaixo relacionados:

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO
CNPJ: 06.772.859/0001-03

- a) Certidão Negativa de Débitos CND emitida pelo INSS.
b) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS
c) Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas: Federal, Municipal e Estadual.
8.4. – Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
8.5. – Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:
a) A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e
b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do material, responderá o contratado pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO
9.1 As solicitações do objeto serão efetuadas pelo setor de compras da contratante, responsável pela guarda e dispensação e a autorização para aquisição e emissão de empenho ficará a cargo do setor financeiro.

10. DO CONTRATO
10.1. Durante o prazo de validade do registro, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, mediante autorização da Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMSRN/PI, observadas as condições fixadas neste instrumento, no Edital e as determinações contidas na legislação pertinente.
10.2 O contrato de fornecimento será sempre representado pela Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou retirada pela detentora da Ata de Registro de Preços.
10.3 Aplica-se aos contratos de fornecimento decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III, da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

11. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
11.1 Cada compra deverá ser efetuada mediante autorização do Setor de Compras da Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato.
11.2 O(s) fornecedor(es) se obriga(m) a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão Presencial n.º xxx/2019 – SRP.
11.3 Será efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
11.4 Será de responsabilidade do concorrente que tiver seus preços registrados, o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ata de registro de preços.

12. DAS PENALIDADES:
12.1 - A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de registro de preços, aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legal estabelecidas.
12.2 No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Comissão Permanente de Licitação – CPL, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:
12.2.1. Advertência.
12.2.2. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste Edital, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.
12.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.
12.2.4. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
12.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Prefeitura Municipal de São Raimundo Nonato, Estado do Piauí, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
12.4 - As multas a que se referem os subitens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pela contratante ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
12.5 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei.

13. READEQUAÇÃO DE PREÇOS
13.1 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do Registro, admitida a revisão quando houver desequilíbrio de equação econômico-financeiro inicial à Ata, nos termos da legislação que rege a matéria.
13.2- Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvados, entretanto, a possibilidade de revisão dos preços vigentes conforme previsão editalícia ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.
13.3 - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento dos bens, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ocorrer a repactuação do valor contratado e/ou registrado, evitando, contudo, solução de descontinuidade dos fornecimentos. Não haverá procedimento de revisão ou atualização em prazo inferior a 60 (sessenta) dias contados da publicação do Extrato, independente do motivo que possa ser alegado.
13.4 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados deverão permanecer compatíveis com os preços de mercado. Independente de provocação da Comissão Permanente de Licitação –

CPL/PMSRN/PI, no caso de redução nos preços de mercado, ainda que temporária, a detentora obriga-se a comunicar a Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMSRN/PI o novo preço que substituirá o então registrado, podendo esta agir de ofício.

14 – DA POSSIBILIDADE DE RENEGOCIAÇÃO DE PREÇOS
14.1 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
14.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
14.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
14.3.1. - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15 - RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, nas hipóteses adiante descritas.
15.1- Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
15.1.1- a detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
15.1.2- a detentora não formalizar contrato individual decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa.
15.1.3- a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços;
15.1.4- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;
15.1.5- os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar sua redução;
15.1.6- por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
15.1.7- sempre que ficar constatado que a detentora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.
15.1.8 - a comunicação de cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item anterior, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento à Detentora, juntado-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
15.1.8.1- No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no DOM/PI, pelo menos por uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado dez dias após a publicação.
15.1.9 – Fica estabelecido que a detentora da ata deverá comunicar imediatamente a Comissão Permanente de Licitação – CPL qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para o recebimento de correspondência e outros documentos.
15.2- Pela DETENTORA, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, sem prejuízos das sanções cabíveis.
15.2.1- A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceites as razões do pedido.
15.2.2- A rescisão ou suspensão do objeto com fundamento no artigo 78, inciso XV (por fato da contratante), da Lei nº 8666/93 deverá ser notificada expressamente a contratante, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.
15.3- A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, para assumirem o fornecimento do objeto da Ata de Registro de Preços, desde que concordem com o fornecimento nas mesmas condições propostas pela(s) detentora(s).

16. DISPOSIÇÕES GERAIS;
16.1- O compromisso de aquisição de bens só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente, decorrente da Ata de Registro de Preços.
16.2 - Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei nº 8666/93, têm caráter orientativo (preço máximo).
16.3- Os pedidos às detentoras da Ata, deverão ser efetuados através de ORDEM DE FORNECIMENTO e NOTA DE EMPENHO, protocolizados ou enviados através de email ou outra forma semelhante, deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntado-se sua cópia nos processos de liquidação e de requisição.
16.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, e demais acréscimos necessários conforme disposição legal.
16.5- Caso o fornecimento do objeto não corresponda às especificações editalícias e desta Ata, serão rescindidos, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e nesta Ata.
16.6- O preço a ser pago pela contratante será o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da Ata do S.R.P. independentemente da data de entrega do produto, ou de autorização de readequação através da Comissão Permanente de Licitação – CPL/PMSRN/PI, nesse intervalo de tempo.
16.7- Na hipótese da detentora da Ata de Registro de Preços se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo Correio, via AR ou sob registro, considerando-se como efetivamente recebido na data 24 (vinte e quatro horas) da data da postagem, para todos os efeitos legais.
16.8- A detentora da Ata de Registro de Preços deverá comunicar à Comissão Permanente de Licitação – CPL, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.
16.09- As alterações contratuais obedecerão à Lei nº 8666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8883/94 ou legislação que as vierem a substituir.

(Continua na próxima página)



16.10- Ao detentor da Ata cabe assegurar o fornecimento do material conforme definido na sua proposta e aceito pelo pregoeiro, sem prejuízo de todas disposições previstas no Código do Consumidor.

16.11- Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de S.R.P. é competente, por força de lei, o Foro da Comarca da Cidade de São Raimundo Nonato - Piauí, observadas as disposições constantes do § 6º do artigo 32 da Lei nº 8666/93.

São Raimundo Nonato-PI, 06 de março de 2020.

Carmelita Castro Silva
Prefeita Municipal - PI
Contratante

Paulo Sérgio de Negreiros
Gerenciador do SRP

LAURO DE SANTANA BRAGA - ME
CNPJ Nº 06.609.259/0001-10

ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI
CNPJ Nº 10.931.523/0001-05



ESTADO DO PIAUÍ
MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO
CNPJ: 06.772.859/0001-03

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL E EQUIPAMENTO PARA MANUTENÇÃO DE POÇOS TUBULAR NO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI

EMPRESAS PARTICIPANTES:

LAURO DE SANTANA BRAGA - ME CNPJ Nº 06.609.259/0001-10
ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI CNPJ Nº 10.931.523/0001-05

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT.	1º CLASSIFICADO	2º CLASSIFICADO
1	ABRAÇADEIRA DE FERRO DE 1" 1/2	UND	50	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
2	ABRAÇADEIRA DE FERRO PARA POÇO DE 1/2"	UND	50	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
3	ABRAÇADEIRA DE FERRO PRA POÇO 1" 1/2	UND	50	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
4	BOMBA SUBMERSA DE 0.1 CV 380V 2R2	UND	10	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
5	BOMBA SUBMERSA DE 0.5 CV - 220V 4R3 4	UND	30	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
6	BOMBA SUBMERSA DE 0.5 CV - 220V 4R4	UND	20	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
7	BOMBA SUBMERSA DE 0.5 CV 380V 4R34	UND	10	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05

8	BOMBA SUBMERSA DE 1 CV - 220V 4R5	UND	30	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
9	BOMBA SUBMERSA DE 1 CV 220V 3R3	UND	20	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
10	BOMBA SUBMERSA DE 1.5 CV 220V 3R3	UND	20	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
11	BOMBA SUBMERSA DE 2 CV 220V 4R5	UND	15	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
12	BOMBA SUBMERSA DE 3 CV 380V 4R8	UND	8	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
13	CABO FORENAX 3X10,0MM2	MT	100	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
14	CABO FORENAX 3X2,5MM2	MT	1000	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
15	CABO FORENAX 3X4,0MM2	MT	1000	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
16	CABO FORENAX 3X6,0MM2	MT	1000	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
17	CURVA FG MF 1"	PC	100	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
18	CURVA FG MF 1.1/2"	PC	100	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
19	CURVA FG MF 1.1/4"	PC	200	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
20	CURVA FG MF 2"	PC	100	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
21	CURVA SOLD 40 mm	UM	150	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
22	CURVA SOLD 50 mm	PC	200	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
23	CURVA SOLD 60 mm	PC	100	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
24	FLANGE P/ CAIXA D AGUA 40X1.1/4	PC	200	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
25	FLANGE P/ CAIXA D AGUA 50X1.1/2"	PC	200	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
26	FLANGE P/ CAIXA D AGUA 60X2	PC	50	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
27	JOELHO GALVANIZADO DE 1/2"	UND	200	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
28	JOELHO GALVANIZADO DE 1"	UND	200	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
29	JOELHO GALVANIZADO DE 1 1/2"	UND	200	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
30	JOELHO SD MISTA 20X1/2	PC	100	LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05

(Continua na próxima página)


 ESTADO DO PIAUÍ
 MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO
 CNPJ: 06.772.859/0001-03

				LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
31	JOELHO SD MISTA 25X1/2"	UM	100	1,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	1,10 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
32	JOELHO SOLD. 40MM	PC	400	2,40 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	2,50 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
33	JOELHO SOLD. 50MM	PC	200	3,40 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	3,50 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
34	JOELHO SOLD. 60MM	PC	200	9,50 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	10,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
35	LUVA GALVANIZADA DE 1/2"	UND	200	2,50 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	3,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
36	LUVA GALVANIZADA DE 1" 1/4"	UND	400	9,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	9,50 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
37	LUVA GALVANIZADA DE 1" 1/2"	UND	400	10,50 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	11,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
38	LUVA SIMPLES FG 1"	PC	400	6,80 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	7,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
39	LUVA SIMPLES FG 1.1/2"	UM	60	11,50 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	12,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
40	LUVA SIMPLES FG 1.1/4"	UM	50	9,50 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	10,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
41	LUVA SIMPLES FG 2"	PC	100	18,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	19,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
42	LUVA SOLD 32MM	PC	200	0,98 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	1,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
43	LUVA SOLD 40MM	PC	200	1,80 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	1,90 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
44	LUVA SOLD 50MM	PC	200	2,90 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	3,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
45	LUVA SOLD 60MM	PC	200	4,80 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	5,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
46	LUVA UNIÃO FG 1"	PC	100	23,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	24,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
47	LUVA UNIÃO FG 1.1/2"	PC	100	40,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	41,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
48	LUVA UNIÃO FG 1.1/4"	PC	100	39,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	40,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
49	LUVA UNIÃO FG 2"	PC	10	55,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	56,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
50	TAMPA DE ALUMÍNIO PARA POÇO 6"	UND	100	29,50 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	30,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
51	TEE SOLD 40	PC	200	3,80 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	4,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
52	TEE SOLD 50mm	UM	200	5,80	6,00

				LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
53	TUBO EDUTOR DN 40 1.1/2X4,0M	TB	800	32,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	33,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
54	TUBO EDUTOR DN 50 2X4,0M	TB	800	63,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	64,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
55	TUBO GALVANIZADO DE 1" 1/4"	METRO	150	118,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	120,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
56	TUBO GALVANIZADO DE 1" 1/2"	METRO	200	130,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	132,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
57	TUBO PBA CL 12 DN 50 DE 60X6m	TB	1000	45,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	47,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
58	TUBO PVC CL 15 DE - 40MX6m	TB	1000	27,50 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	28,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
59	TUBO PVC CL 15 DE - 50MX6m	TB	1000	39,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	40,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
60	TUBO ROSCÁVEL DE PVC DE 1" 1/4 C/4 MT	TB	1500	29,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	30,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
61	TUBO ROSCÁVEL DE PVC DE 1" 1/2 C/4 MT	TB	1500	37,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	38,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
62	VALVULA DE RET. HORIZ 1	PC	20	40,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	42,77 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
63	VALVULA DE RET. HORIZ 1.1/2	PC	20	52,00	158,35
64	VALVULA DE RET. HORIZ 1.1/4	PC	20	43,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	144,33 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
65	VALVULA DE RET. HORIZ 2	UM	20	58,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	213,16 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
66	VALVULA VENTOSA ANTI-VACUO 1"	UM	50	18,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	38,37 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
67	BÓIA ELÉTRICA - 220V - 10 AMP NA NF	UND	50	35,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	36,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
68	CABO DE AÇO ENCAPADO 16MM	METRO	1000	8,80 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	9,90 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
69	CABO DE AÇO INOX. 8 MM	METRO	1000	7,80 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	8,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
70	CAPACITOR ELETROLÍTICO 160 UF POR 250 VCA	UND	30	39,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	40,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
71	CAPACITOR ELETROLÍTICO 250 UF POR 250 VCA	UND	30	49,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	50,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
72	CAPACITOR ELETROLÍTICO 350 UF POR 250 VCA	UND	30	49,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	50,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
73	CAPACITOR ELETROLÍTICO 400 UF POR 250 VCA	UND	30	46,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	47,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
74	CAPACITOR PERMANENTE 25 UF 450 VCA	UND	50	39,00 LAURO DE	40,00 ALVAN SANTANA SANTOS

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUÍ
MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO
CNPJ: 06.772.859/0001-03



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
CNPJ: 06.883.762/0001-00
PRAÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/Nº, CEP: 64.575-000
JAICÓS - PI - E-mail: pmjaicos.gabinete@hotmail.com



PORTARIA Nº 129/2020

Jaicós - PI, 03 de março de 2020.

				SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
75	CAPACITOR PERMANENTE 30 UF 400 VCA	UND	50	42,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	43,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
76	CAPACITOR PERMANENTE 35 UF 400 VCA	UND	50	43,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	44,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
77	CAPACITOR PERMANENTE 40 UF 400 VCA	UND	50	44,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	45,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
78	CAPACITOR PERMANENTE 45 UF 400 VCA	UND	50	44,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	45,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
79	CAPACITOR PERMANENTE 50 UF 400 VCA	UND	50	44,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	45,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
80	CAPACITOR PERMANENTE 60 UF 400 VCA	UND	50	48,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	49,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
81	CONTATOR - ALIMENTAÇÃO 220 V, 12 AMP	UND	30	92,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	161,42 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
82	CONTATOR - ALIMENTAÇÃO 220 V, 20 AMP	UND	30	95,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	127,70 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
83	CONTATOR - ALIMENTAÇÃO 380 V, 12 AMP	UND	30	92,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	126,92 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
84	FITA ALTA FUSÃO 10 MT	UND	90	15,50 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	16,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
85	FITA ISOLANTE COMUM 10 MT	UND	90	2,40 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	2,50 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
86	PRESILHA DE FIXAÇÃO DE 200 MM	PCT	50	6,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	6,50 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
87	RELÉ DE SOBRECARGA - ALIMENTAÇÃO 220 V, 20 AMP	UND	25	98,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	100,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
88	RELÉ DE SOBRECARGA - ALIMENTAÇÃO 380 V, 20 AMP	UND	25	103,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	104,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
89	RELÉ TEMPORIZADOR FAIXA DE AJUSTE DE 1 A 5 AMP	UND	25	99,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	100,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
90	RELÉ TEMPORIZADOR FAIXA DE AJUSTE DE 10 A 25 AMP	UND	25	84,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	85,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05
91	TIMER ELÉTRICO - 220V - 10 AMP	UND	40	178,00 LAURO DE SANTANA BRAGA - ME, CNPJ Nº: 06.609.259/0001-10	180,00 ALVAN SANTANA SANTOS EIRELI - ME CNPJ Nº: 10.931.523/0001-05

"Dispõe sobre a NOMEAÇÃO DA SERVIDORA: FRANCISCA REIS CACILDA DOS SANTOS SOUSA, aprovada em Concurso Público nº 01/2019, para o cargo de PROFESSOR DO ENSINO INFANTIL do Município de Jaicós-PI e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Jaicós-PI, OGILVAN DA SILVA OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais insculpidas no artigo 51, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o resultado do Concurso Público nº 01/2019, homologado em 13 de dezembro de 2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 17 de dezembro de 2019, Edição MMMCMLXXII.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a(o) Sr.(a) FRANCISCA REIS CACILDA DOS SANTOS SOUSA, nascido(a) em 06/01/1975, natural de Picos PI, portadora da cédula de identidade nº 1.965.291 SSPPI e CPF 925.302.063-68, para o Cargo Efetivo de PROFESSOR DO ENSINO INFANTIL, CLASSE B, NÍVEL I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme a ordem classificatória do Concurso Público Edital nº 01/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaicós (PI), em 03 de março de 2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE

OGILVAN DA SILVA OLIVEIRA
Prefeito Municipal de Jaicós-PI



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAICÓS
CNPJ: 06.883.762/0001-00
PRAÇA ÂNGELO BORGES LEAL, S/Nº, CEP: 64.575-000
JAICÓS - PI - E-mail: pmjaicos.gabinete@hotmail.com



TERMO DE POSSE

O Prefeito Municipal de Jaicós-PI, OGILVAN DA SILVA OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais insculpidas no artigo 51, inciso II, da Lei Orgânica do Município, EMPOSSA nesta data o(a) servidor(a) FRANCISCA REIS CACILDA DOS SANTOS SOUSA, nascido(a) em 06/01/1975, natural de Picos PI, portadora da cédula de identidade nº 1.965.291 SSPPI e CPF 925.302.063-68, devidamente habilitada no Concurso Público nº 01/2019, nomeada pela Portaria de nº 129/2020, de 03/03/2020, para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR DO ENSINO INFANTIL, CLASSE B, NÍVEL I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O(a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos no edital do certame e na Legislação vigente e firma neste termo o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaicós-PI (Lei Complementar nº 001/2007) e demais legislação pertinente ao cargo.

O presente termo vai assinado pelas autoridades competentes e pelo empossado.

Jaicós-PI, 03 de março de 2020.

Ogilvan da Silva Oliveira
Prefeito Municipal de Jaicós-PI

Sônia Maria de Sousa Ribeiro Reis
Secretária Municipal de Educação

Francisca Reis Cacilda dos Santos Sousa
Servidor(a)